

## REFLEXÕES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO E AS SUAS MÚLTIPLAS FACETAS

<sup>1</sup>Heloísa de Souza Ribeiro

<sup>2</sup>Maria de Fatima Xavier da Anunciação de Almeida

**Resumo:** Este artigo tem a finalidade de apresentar resultados de estudo desenvolvido no curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Os objetivos da investigação foram: analisar e identificar o que apontam os estudos em relação às múltiplas facetas da alfabetização, além do debate dos métodos; selecionar algumas pesquisas acadêmicas na área da educação, no período de cinco anos, no Banco de Teses e Dissertações da Capes em relação às múltiplas facetas da alfabetização. A fundamentação teórica adotada para pensar na alfabetização ampara-se em Morais (2006); Mortatti (2008); Soares (1985); Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014); Frade (2007). A metodologia para o trabalho tem a natureza qualitativa e com caráter de pesquisa bibliográfica. O resultado obtido é que o debate sobre a problemática em relação à alfabetização não deve limitar-se aos métodos de alfabetização, há outros pontos que devem ser levados em consideração, como: especificidades da formação inicial e continuada dos alfabetizadores, autonomia do docente durante o processo de alfabetização e considerar as particularidades de cada aluno.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Múltiplas Facetas; Estudos Acadêmicos.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem a finalidade de apresentar resultados de estudo desenvolvido no curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Os objetivos da investigação foram: analisar e identificar o que apontam os estudos em relação às múltiplas facetas da alfabetização, além do debate dos métodos; selecionar algumas pesquisas acadêmicas na área da educação, no período de cinco anos, no Banco de Teses e Dissertações da Capes em relação às múltiplas facetas da alfabetização.

A escolha do tema deste estudo em relação a pesquisar e refletir sobre as múltiplas facetas da alfabetização, além do debate sobre os métodos, ocorreu durante a participação da pesquisadora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: heiloisasouzza1998@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientadora da pesquisa. E-mail: maria.almeida@ufms.br.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em que pôde participar de diversas palestras *online* que abordavam a temática relacionada à alfabetização.

Nesse sentido, foi com a palestra Métodos de Alfabetização: nem problema, nem solução, proferida por Maria do Rosário Longo Mortatti (2021) na qual realizou uma crítica à Política Nacional de Alfabetização, do Ministério da Educação de 2019, que considera o método fônico como o melhor meio para o processo de alfabetização.

Outro elemento que justifica o interesse pela temática em questão refere-se à sua relevância social, tendo em vista o acentuado número de analfabetos existentes no país, como mostram os dados da pesquisa Alfabetiza Brasil, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que em 2021, cerca de 56,4%(1,57 milhões) de crianças que não sabem ler e nem escrever na idade certa. Considerando essa informação, segundo Mortatti (2009), o analfabetismo é um problema na educação brasileira há anos, e nas discussões relacionadas a essa problemática está a escolha do melhor método de alfabetização.

Portanto, o objeto de estudo será em relação aos estudos sobre as múltiplas facetas da alfabetização. Com a seguinte problematização: o que os estudos trazem sobre as outras múltiplas facetas da alfabetização?

Ademais, a metodologia deste estudo é de natureza qualitativa, amparada no pensamento de Minayo (2011), o qual afirma que este tipo de estudo tem um aprofundamento em relação aos fenômenos e acontecimentos, não limitando-se apenas à "operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2011, p.22).

Então, contém o caráter de pesquisa bibliográfica no qual foi realizado um levantamento de produções acadêmicas, na base de dados do Banco de Teses e Dissertações da Capes, tendo como critério as teses e dissertações produzidas entre os anos de 2015 a 2019, para analisar o que os estudos abordam sobre as outras múltiplas facetas da alfabetização.

Em relação ao motivo da escolha dessa base de dados é a credibilidade que ela tem no campo científico, contendo diversos trabalhos acadêmicos na área da educação e demais áreas do conhecimento.

Além disso, durante a investigação o critério para a escolha das produções acadêmicas, foram: os títulos e os resumos com foco no objetivo e resultados. A partir disso, foi criado um quadro para a organização das pesquisas selecionadas,

no qual foi dividido da seguinte maneira: título, nome do autor, ano, objetivo e resultado.

Durante a investigação houve uma dificuldade ao usarmos as palavras-chave: debates e métodos de alfabetização, pois mesmo com os filtros a quantidade de pesquisa era numerosa. Além disso, a maioria dos trabalhos não se relacionava ao tema em questão e os que foram encontrados despertaram a necessidade de ampliação desta pesquisa.

Por isso, foi utilizado na busca de dados as seguintes palavras-chaves: múltiplas facetas; alfabetização e combate analfabetismo. Utilizamos também os filtros para levantar os dados referentes aos períodos de 2015 a 2019, a identificação dos programas de educação e a área de conhecimento, que é Ciências Humanas.

Após a realização do estudo, foram levantados cerca de 30 estudos, mas para que houvesse um maior aprofundamento no debate foram selecionadas 8 pesquisas acadêmicas que abordam os temas que respondem aos objetivos e também trazem os aspectos que mais foram destacados durante a pesquisa.

Para a realização da seleção, a leitura foi esquematizada da seguinte forma: no primeiro momento, houve a leitura das considerações finais, com a finalidade de identificar possíveis contribuições para o debate sobre as outras facetas da alfabetização. Após esse momento, foi feita a leitura integral dos estudos acadêmicos.

As dissertações e teses selecionadas foram: Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: uma análise contextual da produção da política e dos processos de recontextualização, Alferes (2017); Alfabetizar letrando alunos da turma multisseriadas da educação do campo: que necessidades da formação docente?, Araújo (2019); As políticas de combate ao analfabetismo no Brasil, Boeing (2016); Práticas de letramento e educação nas vozes de crianças: ler e escrever entre os sentidos e os bens culturais na ilha de Caratateua-PA, Fernandes (2017); Ações e impactos da formação continuada do PNAIC no município de Caxias do Sul-RS: um estudo de caso, Gelocha (2016); Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: as estratégias e táticas de apropriação de uma alfabetizadora e seus formadores, Neves (2018); Alfabetização e letramento: o desenvolvimento do ensino do ensino nas práticas pedagógicas de professores alfabetizadores, Torres (2019);

Formação continuada de professores no Pacto Nacional pela Idade Certa - PNAIC: do texto ao contexto, Viera (2015).

Por fim, o intuito desta investigação é contribuir à área das Ciências Humanas na ampliação do debate em relação ao enfrentamento do analfabetismo e dos problemas encontrados no processo da alfabetização, não ficar preso às “velhas” discussões sobre qual método para se adotar na fase da alfabetização escolar.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL NO BRASIL: FOCO NA ALFABETIZAÇÃO**

Considerando os dados da pesquisa Alfabetiza Brasil, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com a pesquisa, em 2021, cerca de 56,4%(1,57 milhões) de crianças que não sabem ler e nem escrever na idade certa.

É importante ressaltarmos que entre os anos de 2020 e 2021 houve o ensino remoto no período pandêmico, no qual também contribuiu para esses números, pois muitas crianças não tiveram um bom aproveitamento durante esse período por diversos fatores, por exemplo: a falta da mediação direta dos professores; pais ou responsáveis que trabalhavam ou não sabiam ler e escrever; a precariedade nos instrumentos tecnológicos ou a falta de uma internet de qualidade.

Além disso, é necessário levar em consideração que em cada região varia o índice de analfabetismo, de acordo com Vaselik (2022, p. 283), “[...] o histórico de pouco investimento experimentado pelo sistema educacional brasileiro resulta na falta de crescimento paralelo e progressivo entre os estados do país.”

Logo, escancara a desigualdade predominantemente nas regiões nas quais o índice de pobreza é maior também, como o Nordeste que tem a maior taxa de analfabetismo e extrema pobreza (49,4%) segundo a pesquisa do IBGE (2020).

Ademais, um aspecto que deve ser levado em consideração sobre a problematização da superação do analfabetismo é a relação com a História da alfabetização no Brasil. Ao perpassar em cada período histórico é possível analisar a atual situação, pois desde o período colonial no qual tinha como finalidade “domesticar” os povos indígenas e na ditadura militar que limitou a solução do problema na escolha do método perfeito, como se o processo de alfabetização fosse apenas algo técnico (BRAGA; MAZZEU, 2017).

Com isso, pode-se perceber que essas questões ainda estão presentes atualmente, principalmente, em relação aos métodos para alfabetizar, pois os debates em relação às soluções para o analfabetismo, na maioria das vezes, limitam-se à escolha desses métodos. Mortatti (2008, p.106) afirma que:

Os autores insistem em tratar a alfabetização como uma questão meramente técnica, não se podem considerar totalmente desvinculados entre si educação, alfabetização e “fatores macroeconômicos e socioculturais”.

Nesse sentido, ao acompanhar estudos sobre a história da alfabetização observamos as expectativas de gestores e profissionais da educação sobre a escolha dos métodos como sendo a solução para os problemas do processo de alfabetização no país.

### **3 OS VELHOS DISCURSOS: O PROBLEMA DA ALFABETIZAÇÃO RELACIONADO À ESCOLHA DO MÉTODO**

De acordo com Soares (2011, p.14) “somos um país que vem reincidindo no fracasso em alfabetização”. No atual cenário educacional brasileiro em relação ao quadro de fracasso do ensino-aprendizagem da leitura e escrita, vemos a necessidade de novas políticas e diretrizes para se pensar e estruturar os processos de alfabetização das crianças em idade escolar. De acordo com Santos, Santos e Pinheiro (2020, p. 169) as “ diretrizes e políticas (Plano Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular e Política Nacional de Alfabetização) apontam para concepção ou métodos de alfabetização, que por sua vez direcionam encaminhamentos didáticos e concepções de currículos”.

A Política Nacional de Alfabetização, que está em vigor, sugere o método fônico como o melhor meio para processo de aprendizado da escrita e leitura, com a justificativa na qual atribui o fracasso da alfabetização ao “método construtivista” e entre outros que estavam sendo adotados anteriormente. Segundo o PNA (2019):

[...] ao contrário do que supõem **certas teorias**, a aprendizagem da leitura de escrita não é natural nem espontânea. Não se aprende a ler como se aprende a falar. A leitura e a escrita parecem ser ensinadas de modo explícito e sistemático. (BRASIL, 2019, p.20, grifo nosso APUD SANTOS; PINHEIRO; SANTOS, 2020, p.169).

Do ponto de vista de Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014, p.10) as pesquisas acadêmicas e os debates relacionados à explicação ou à possível solução para o

problema do alfabetizar nas escolas, estão “historicamente centradas na questão dos métodos de alfabetização, como a “face mais visível” das disputas em torno das explicações e soluções para os problemas da alfabetização (escolar) [...]”.

Em relação ao histórico sobre a questão dos métodos de alfabetização, Soares (2016, p. 23) aponta que até em 1980 os métodos eram vistos como uma grande alternativa para solucionar o fracasso da alfabetização:

Como o fracasso persistia a despeito do método em uso, a cada momento um novo método era tentado, e assim o pêndulo oscilava: ora uma ou outra modalidade de método sintético, ora uma ou outra modalidade de método analítico: silábico, palavra, fônico, sentencição, global [...].

Para Mortatti (2008), a alfabetização é um dos focos da escola pública, no qual a leitura e escrita são os objetos de ensino. Pois, o ambiente escolar é consolidado para preparar e qualificar o sujeito para ser inserido na sociedade letrada e que dentro dela tenha um papel ativo. Portanto, é necessário que o aluno saia do sistema educacional não apenas sabendo ler e escrever, como também, letrado de forma crítica e consciente.

Considerando esse ponto de vista, a alfabetização é vista como “o principal índice de medida e testagem de eficiência da educação escolar.” (MORTATTI, 2008, p.93). Com isso, o fracasso escolar em relação aos números de crianças que não sabem ler e nem escrever, são vistos como problemas urgentes que estão vinculados às necessidades sociais e políticas do Brasil.

De acordo com Moraes (2006), na maioria das vezes os debates sobre a problematização do processo de alfabetização, tende a limitar-se aos métodos, como se eles fossem auto suficientes para solucionar os problemas do analfabetismo no país. Não levam em consideração a precariedade dos materiais didáticos, ou um debate específico sobre formas de contribuir para a formação do professor alfabetizador e a elaboração de políticas públicas que contribuam com o processo.

Como também cita Frade (2007) que nas discussões sobre as metodologias de alfabetização parece sempre conter um discurso apaixonante sobre a eficácia de tal método que está sendo defendido, não analisando suas limitações ou outras facetas que englobam a alfabetização.

Moraes (2006) conclui que os debates de alfabetização relacionados aos métodos, devem seguir os seguintes parâmetros:

Entendemos, todavia, que esse conjunto de princípios, não deve ser tratado à margem de considerações mais gerais sobre a profissionalização do docente, de suas condições materiais e simbólicas de trabalho e da implementação de políticas que favoreçam, precocemente, o sucesso escolar das crianças oriundas de meios populares. O próprio significado da discussão de metodologias de alfabetização precisa estar subordinado a esses temas mais amplos, que são fatores de democratização da escola. (MORAIS, 2006, p. 12).

Nesse sentido, Soares (1985) pontua problemas em relação aos métodos, material didático, definição dos pré-requisitos e formação do alfabetizador, por isso defende a necessidade de uma teoria coerente da alfabetização que concilie resultados e integre estruturalmente estudos sobre as diferentes facetas do processo de alfabetização.

Portanto, os debates relacionados aos métodos de alfabetização são importantes, mas deve-se ter o cuidado para não encaminhar ao âmbito somente técnico e “milagroso”. Mas sim, levá-los em consideração como uma contribuição para as questões mais amplas do debate. Para Moraes (2006) é preciso ir além da discussão sobre velhos métodos e que se investigue outros aspectos em relação à problematização do analfabetismo, como as políticas federais, estaduais e municipais que garantam formação continuada dos professores de educação básica.

#### **4 OS ESTUDOS ACERCA DA ALFABETIZAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES**

Os autores Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014) apontam a importância de abordagens para pesquisa que consideram a característica interdisciplinar e multi facetas da alfabetização. Ou seja, esse debate não deve ser limitado apenas aos métodos, pois o processo de alfabetizar engloba diversas facetas, como a formação do docente, política de alfabetização, levar em consideração as particularidades de cada aluno e até mesmo a autonomia do professor em sala de aula.

Nesse sentido, as análises realizadas a partir das pesquisas acadêmicas em educação, do Banco de Teses e Dissertações da Capes demonstram ampliação nas discussões sobre o processo de alfabetização e sobre o combate ao analfabetismo, por exemplo, foi identificado nas pesquisas de autores, como, Boeing(2016) e Alferes(2017) que a maioria dos programas de alfabetização do governo central não tem uma continuidade, logo prejudica o processo de solucionar o analfabetismo.

Por exemplo, no governo da Presidenta Dilma Rousseff houve a criação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), da Portaria MEC nº826, de 7 de Julho de 2017, o qual garantia propostas para auxiliar o professor alfabetizador, com referências curriculares e pedagógicas, bolsas de estudos, formações continuadas e etc. (BOEING, 2016).

Contudo, esse programa não teve continuidade, pois no Governo do Presidente Temer já sofreu uma certa perda de investimento e no Governo do Bolsonaro foi substituído por um novo programa de alfabetização “Tempo de aprender” da portaria MEC 280, de 19 de Fevereiro de 2020, no qual tem como base a Política Nacional de Alfabetização (2019).

Ademais, Alferes (2017, p.7) aponta alguns desafios que os programas de alfabetização enfrentam:

A continuidade do Programa em uma perspectiva de formação de rede; discussões sobre melhorias nas condições materiais e de trabalho dos professores; apoio pedagógico aos professores na escola, principalmente aos iniciantes; acompanhamento constante da aprendizagem dos alunos; revisão dos currículos dos cursos de formação de professores.

Nesse sentido, para que os programas tenham eficácia são necessários mais aperfeiçoamento e continuidade, para que promova ferramentas nas quais contribuirão para o processo de alfabetização nas escolas.

Outro ponto que foi identificado no estudo da Fernandes (2017), é a importância do protagonismo no aluno, pois para Street (2014, p. 31 APUD FERNANDES 2017, p. 85) “Pessoas não são tábuas rasas à espera da marca inaugural do letramento”. Portanto, o alfabetizador deve quebrar qualquer perspectiva de que o aluno é uma tela em branco no qual ganhará cor a partir dos ensinamentos na escola.

Se pensarmos que a criança aprende só quando é submetida a um ensino sistemático é que a sua ignorância está garantida até que receba tal tipo de ensino, nada podemos enxergar.” (FERREIRO, 1995, p. 17).

Sendo que em seu cotidiano as crianças estão imersas a diversas práticas de letramento:

[...] as crianças são agentes culturais ativos que vivenciam práticas culturais, além das práticas escolares, como práticas de letramento religiosa, práticas de letramento comercial, práticas de letramento digital, práticas de letramento voltadas para o entretenimento, lazer

em família, comunicação interpessoal e atividades de organização da vida diária (listas de compras, pagamento de contas). (FERNANDES, 2017, p.8).

Ou seja, é necessário que os professores em suas práticas pedagógicas considerem e estimulem a participação ativa da criança em seu desenvolvimento de aprendizagem. Contudo, para que isso ocorra é necessário que o docente, o qual é o mediador, tenha consciência e aproprie-se de estudos e pesquisa dentro da temática para poder encaminhar para práticas pedagógicas que contribuam para formação letrada do aluno.

Segundo Soares (2016), o alfabetizador deve ter como objeto de estudo o que será ensinado durante o processo de alfabetização (sistema alfabético e a norma ortográfica) e também os processos cognitivos e linguísticos que envolvem o aprendizado. No momento que o professor tiver domínio nesses assuntos, poderá analisar e determinar decisões em quais métodos de alfabetização poderá contribuir para a aprendizagem da criança. Além disso, a autora cita que:

[...] é possível ao/à alfabetizador(a) definir, com segurança e autonomia, procedimentos e ações docentes que estimulem, acompanhem e eventualmente corrija a aprendizagem inicial da língua escrita pelas crianças reais que lhe cabe orientar, em um contexto social, cultural e escolar específico - lembre-se, a esse propósito [...]. (SOARES, 2016, p.352).

Além disso, o alfabetizador tem um importante papel dentro do processo da alfabetização, pois não se trata apenas de aprender a ler e escrever, pois segundo Frade (2007,p. 32):

[...] não basta apenas ensinar a decifrar o sistema de escrita estabelecendo relações entre sons e letras. Também não é suficiente que os alunos leiam textos completos pertencentes a uma esfera escolar ou literária: é necessário que façam uso da escrita em situações sociais e que se beneficiem da cultura escrita como um todo, apropriando-se de novos usos que surgirem. Temos então uma dupla questão para a escola: precisamos tratar a língua como objeto de reflexão e como objeto cultural e isto, às vezes, implica em metodologias diferentes.

Logo, deve-se levar em consideração a importância de investir nas formações continuadas, pois é um momento para reflexão, conhecimento, e até mesmo de ressignificação das práticas pedagógicas no processo de alfabetização, porque a natureza da pedagogia tende “[...] a refletir sobre as diferentes formas de

intervenção/métodos e metodologias nos possibilita aprender algumas lições.” (FRADE, 2007, p.21).

Durante a investigação, a formação continuada foi identificada nos estudos de Gelocha (2016), Viera (2015), Araújo (2019) e Neves (2018). Nesse sentido, de acordo com Viera (2015, p. 10) a formação continuada é definida da seguinte forma:

[...] como a constante reflexão teórica que o docente deve fazer sobre sua própria prática, levando em consideração a realidade educacional e social em que vive, tendo a compreensão desta e intervindo sobre essa realidade. A formação, assim concebida, considera a troca de experiência escolar e de vida, bem como a reflexão dos professores para possibilitar sua atualização em todos os campos de intervenção educacional, aumentar a comunicação entre os professores e possibilitar o aprimoramento da ação docente.

A Formação continuada proporciona ao professor a experiência de relatar e ouvir outros docentes, possibilita atribuição de significados nos fatos acontecidos em sala de aula e desenvolvem a compreensão de sua prática. Ajudando a promover novas perspectivas e práticas nas quais contribuem para seu trabalho em sala de aula.

Além disso, segundo Gelocha (2016, p.11) a formação continuada contribui:

[...] para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores. Assim, o sistema e as políticas educativas precisam introduzir estratégias que acompanhem a formação no cotidiano da sala de aula, no sentido de potencializar ao professor a reflexão de seu trabalho.

Contudo, essa formação deve ser pensada e estruturada de forma que possibilite reflexões críticas e direcionadas às práticas que ocorrem dentro do ambiente escolar. Nesse sentido, Araújo (2019) indica que deve haver uma análise em relação às necessidades que há na formação docente, a partir disso possibilita a criação de programas e cursos de formação mais pertinentes e significativos que consideram as necessidades formativas, evidenciadas no cotidiano do profissional.

A capacidade de reflexão sobre a ação requer constante atenção para que possa favorecer a mudança das práticas, a autonomia profissional e o aprimoramento da ação docente, gerando um ensino de qualidade para as crianças no ciclo da alfabetização. (VIERA, 2015, p. 115).

Mas os programas e as formações continuadas proporcionadas aos professores fogem das necessidades presentes na sala de aula e nos cursos formativos dos docentes. (NEVES, 2018).

Ademais, o próximo aspecto que deve ser considerado segundo Torres (2019) ao debater sobre a erradicação do analfabetismo é as políticas de educação, já que são elas que garantirão e assegurarão a maioria dos elementos citados anteriormente. Atualmente, há falta de investimento e de comprometimentos com os programas, já que a maioria não tem continuidade. Por isso, para Torres (2019, p. 5) é necessário políticas de educação que:

[...] se dê condições para um trabalho no molde que se exige, sendo indispensável que as políticas públicas de educação desenvolvam e efetivem reais condições de ensino, garantindo qualitativamente não apenas o acesso dos alunos ao ensino escolar, mas também a permanência e conclusão dos diferentes níveis de escolaridade proporcionando condições para o desenvolvimento teórico/prático/metodológico do trabalho docente, além de concretizar e prover melhorias para os cursos de formação inicial e continuada/permanente.

Além disso, é importante levar em consideração na criação dos programas e de políticas fundamentadas nas pesquisas e os estudos atuais dentro da área da Educação sobre a alfabetização, pois a Política Nacional de Alfabetização (2019) acabou sendo um retrocesso, já que não considerou os diversos estudos que apontam as outras dimensões em relação aos desafios da alfabetização (ANDRADE; ESTRELA, 2021).

Portanto, as políticas de educação têm que ser conduzidas com mais comprometimento, levando em consideração o objetivo de uma educação com qualidade. Logo, as políticas educacionais devem atribuir ações que contribuam para as condições de trabalhos, que pensem em uma formação (inicial e continuada) docente significativa, pois o professor é um dos principais mediadores do processo de alfabetização e também no aperfeiçoamento dos programas de alfabetização, no qual precisa contribuir para o processo de aprendizagem na alfabetização.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da análise do material bibliográfico levantado na pesquisa, o resultado alcançado é que o debate sobre a problemática em relação a alfabetização não deve limitar-se aos métodos de alfabetização, há outros pontos que devem ser levados em consideração, como as especificidades da formação inicial e continuada dos alfabetizadores, a autonomia do docente durante o processo de alfabetização e



ANDRADE, Maria Eurácia Barreto De; ESTRELA, Sineide Cerqueira. A Concepção de Alfabetização e Letramento na Política Nacional de Alfabetização (PNA): entre tropeços e retrocessos. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba , v. 21, n. 69, p. 846-873, abr. 2021 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2021000200846&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2021000200846&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 31 maio 2023.

ARAÚJO, Telma Maria De Freitas. **Alfabetizar letrando alunos de turmas multisseriadas da educação do campo: que necessidades da formação docente?**. 27/02/2019 undefined f. Dissertação: Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal. 2019. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](http://capes.gov.br). Acesso em: 4 out 2022.

BOEING, Rosiani Fabricia Ribeiro. **As políticas de combate ao analfabetismo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em educação)- Programa de pós -graduação em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, 2016. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](http://capes.gov.br). Acesso em: 04 out 2022.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, p. 24-46, 2017.

FERNANDES, Natalia Passos. **PRÁTICAS DE LETRAMENTO E EDUCAÇÃO NAS VOZES DE CRIANÇAS: ler e escrever entre os sentidos e os bens culturais na ilha de Caratateua-PA**, Dissertação (Mestrado em educação) -Instituição de Ensino: Universidade do estado do Pará, Belém, 2017. Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA PAULO FREIRE. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](http://capes.gov.br) . Acesso em: 04 out 2022.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Educação**, v. 32, n. 1, p. 21-39, 2007.

GELLOCHA, Elizandra Aparecida Nascimento. **Ações e impactos da formação continuada do PNAIC no município de Caxias do Sul-RS: um estudo de caso**. Dissertação: Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](http://capes.gov.br). Acesso em: 04 out 2022.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese indicadores sociais: Mesmo com benefícios emergenciais, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza em 2020**. Disponível em: [Mesmo com benefícios emergenciais, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza em 2020 | Agência de Notícias \(ibge.gov.br\)](http://ibge.gov.br). Acesso em: 19 set 2022.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Educação: Conhecendo o Brasil- população.**, 2019. Disponível em:

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>

Acesso em: 19 set 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

MORAIS, Artur Gomes de. Concepções e metodologias de alfabetização: Por que é preciso ir além da discussão sobre velhos métodos. **ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO–ENDIPE**, v. 13, 2006.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Revista ACOALFAP: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <http://www.acoalfap.et>.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de; PASQUIM, Franciele Ruiz. 50 anos de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafios. **Interfaces da Educação**, p. 06-31, 2014.

NEVES, Edna Rosa Correia. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: as estratégias e táticas de apropriação de uma alfabetizadora e seus formadores**. Tese: Doutorado em educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018

NOVA Política de Alfabetização terá investimento de R\$3 bi. **Ministério da Educação**. Brasil, 12 Junho 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/nova-politica-de-alfabetizacao-tera-investimento-de-r-3-bi>. Acesso em: 23 Jun 2023.

SOARES, Magda Becker. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de pesquisa**, n. 52, p. 19-24, 1985.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 6 ed., 2011.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

SANTOS, Jânio Nunes dos; SANTOS, Adriana Cavalcanti dos; PINHEIRO, Viviane Caline de Souza. **Política nacional de alfabetização: o foco na literacia e o silenciamento do letramento**. Muiraquitã: Revista De Letras E Humanidades, 2020. disponível em: <https://doi.org/10.29327/210932.8.2-13>. Acesso em: 02 mai 2023.

TORRES, Priscila Almeida. **Alfabetização e letramento: o desenvolvimento do ensino nas práticas pedagógicas de professores alfabetizadores**. Dissertação: Mestrado em educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal De Rondônia, Porto Velho. 2019. Disponível em: [Plataforma Sucupira \(capes.gov.br\)](https://plataforma.sucupira.capes.gov.br). Acesso Em: 04 Out 2022.

VASELIK, Jaqueline. O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: implicações legais e históricas. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 32, p. 279-300, 2022.

VIEIRA, Claudia Figueiredo Duarte. **Formação Continuada De Professores No Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa - Pnaic: Do Texto Ao Contexto.** Mestrado em Educação. Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal Do Piauí, Teresina. Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA SETORIAL DO CCE - UFP, 2015.